
A Transumância e Fernão Joanes

SONHOS TRANSUMANTES



A Transumância e Fernão Joanes

SONHOS TRANSUMANTES

OFERTA



FICHA TÉCNICA

Título

A Transumância e Fernão Joanes - sonhos transumantes.

Edição

Câmara Municipal da Guarda: Núcleo de Animação Cultural
e Junta de Freguesia de Fernão Joanes

Coordenação

Américo Rodrigues

Produção

Ana Leonor Silva
Carla Morgado
Ana Maria Barbosa
Sílvia Fernandes

Textos

João Paulo Martins das Neves, Alberto Martinho, Santiago Bayon Vera,
G. Lebaudy, P. Fabre, J. C. Duclos, G. Molénat

CD-Rom

Chamamento

Tradução de Espanhol – Português

Nuno Oliveira

Tradução de Francês – Português

Isabel Silva

Trabalho fotográfico

Arménio Bernardo

**“Desenhos enramados” num cajado por José Camilo
e transpostos para papel por Gracinda Costa**

Direção Gráfica

Sérgio Currais

Execução Gráfica

Tipografia Marques e Pereira

ISBN

972-8813-33-3

Depósito Legal

213745/04

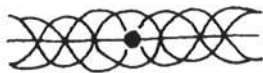
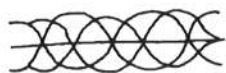
Tiragem

1000 exemplares

Julho de 2004

A transumância, caída em desuso, tem sido muito pouco estudada em Portugal. Este catálogo pretende, pois, dar um contributo à investigação daquela antiquíssima prática, confrontando a experiência portuguesa da nossa zona com as de Espanha e França, aqui analisadas por especialistas com quem temos muito a aprender. O exemplo dado pelo rigoroso estudo da transumância naqueles dois países, há-de estimular, com certeza, os investigadores nacionais a se dedicarem a tão importante tema.

Fernão Joanes, uma pequena localidade da Serra da Estrela, tem sabido homenagear os pastores transumantes através de uma Festa anual e de um levantamento das rotas que ovelhas e homens seguiam. Por isso, Fernão Joanes, com a sua história e os objectos dos seus pastores, merece um destaque especial nesta edição. O catálogo é acompanhado por um filme que segue as pisadas de um dos mais carismáticos pastores de Fernão Joanes, Zé Camilo, enramador de ovelhas e de cajados (também aqui se publicam os seus desenhos).



Algumas achegas para a História de Fernão Joanes

João Paulo Cardinal Martins das Neves

A aldeia de Fernão Joanes está localizada em pleno Parque Natural da Serra da Estrela, e pertence ao concelho, distrito e bispado da Guarda. Confinha com as freguesias da Corujeira, Famalicão da Serra, Meios, Seixo Amarelo, Vale de Estrela e Videmonte, tendo uma área aproximada de 25 km².

Não abundam em Portugal os estudos de História local, particularmente no que se refere às Épocas Medieval e Moderna, e, em especial, das pequenas e historicamente obscuras comunidades do interior. Mesmo assim, ou por isso mesmo, já que o desconhecimento torna em nós mais aliciante o estudo histórico, procurámos ao longo desta breve análise, sistematizar os imprecisos e reduzidos dados históricos da aldeia de Fernão Joanes. Não foi nossa pretensão a descrição de toda a história de Fernão Joanes, já que, pelos motivos atrás referidos, tal facto se revelaria tarefa ciclópica, e implicaria investigação demasiado demorada para os objectivos deste breve estudo. Por isso, pareceu-nos mais importante debruçarmo-nos e tratarmos os mais recuados dados existentes desta aldeia, tecendo algumas considerações, e formulando algumas hipóteses de investigação histórica.

Tentámos perceber a génese da aldeia. Como Historiador do GTL que procedeu ao levantamento histórico-patrimonial de Fernão Joanes, tive a nítida noção de que a sua origem permanece nebulosa, mesmo para os próprios habitantes locais. Se a época contemporânea é facilmente entendível, até para a população local, já o processo de formação e desenvolvimento de Fernão Joanes, permanece eivado de algumas certezas, que carecem de uma base claramente documentada, paleográfica ou arqueologicamente. Foi fundamental, neste estudo, pelos condicionalismos já referidos, a análise da história da mais vasta área onde Fernão Joanes se inseriu, o termo da Guarda, bem como o estudo do seu património arquitectónico/artístico e arqueológico, não tanto *per si*, mas mais daquilo que dele se infere no “fazer história”.

Percebe-se ainda que as persistências construtivas e formais da arquitectura e urbanismo tradicionais, tão presentes nestas remotas aldeias, podem perturbar também uma clara visão da evolução histórica de Fernão Joanes.

A organização de Fernão Joanes, antes da época romana, permanece obscura, apesar da localização de alguns castros nas suas proximidades (exemplo do Castro de St.º Antão, nas cercanias

de Videmonte). Genericamente, podemos afirmar que a presença humana, nesta região, poderá recuar até à Idade do Bronze Final e Ferro Inicial (séc. X ao VI a.C.), existindo ainda hoje nas imediações de Fernão Joanes, alguns sítios arqueológicos, todos eles implantados em zonas de elevada altitude. Pela sua própria localização, não nos admiraria que o núcleo denominado por “Eiras” ou “Aldeia dos Animais” pudessem ter sido um antigo castro. Só futuras investigações arqueológicas poderão ou não confirmar esta hipótese. Da época romana, não existem também vestígios, na área da freguesia. Não muito longe da aldeia, passava a via romana que ligava Emerita Augusta a Bracara Augusta, por Viseu, passando por Valhelhas e Linhares. Existem aliás alguns miliários dessa via, como são exemplo os dois existentes no Museu da Guarda, oriundos de Barrelas, Famalicão da Serra, datáveis do tempo do imperador Cláudio Tácito (275–276 d.C.) e Constantino Magno (306–337 d.C.). Recorde-se ainda que esta via se manteve, durante toda a Idade Média, como um dos principais eixos de penetração no planalto beirão (juntamente com a via colimbriana), e nela entroncava, em Barrelas, a estrada que vinha da Guarda para Folgoso; curiosamente, era por Fernão Joanes, em particular pela Senhora do Soito, que a estrada Guarda – Folgoso se ligava à velha “via romana”. Existem, em toda a região da Guarda, testemunhos epigráficos e arqueológicos de preexistências romanas; bem perto de Fernão Joanes, em localidades próximas, como Valhelhas ou Famalicão da Serra, conhecem-se testemunhos da sua presença. No entanto, estes não são muito numerosos, o que nos leva a conjecturar ter estado a área, onde Fernão Joanes se implanta, um pouco nas orlas do processo de romanização.

Do longo período que se seguiu à decadência e decomposição do poder romano na Península, em especial, durante os domínios dos povos bárbaros (com destaque, nesta área, para os Visigodos), e dos árabes, chegaram até nós alguns, se bem que poucos vestígios materiais, na região da Guarda; em Fernão Joanes, esses testemunhos são mesmo nulos.

Na Alta Idade Média, a partir do Séc. X, todo este território onde Fernão Joanes se inseria, e que abrangia a bacia hidrográfica do Alto Mondego, desde Videmonte à Aldeia Viçosa, começa a denotar vestígios de um povoamento mais persistente. Embora não se conheçam os nomes dos povoados existentes por esta altura, a presença de um razoável número de sepulturas, distribuídas por oito estações arqueológicas (nas freguesias da Corujeira, Meios, Videmonte e Fernão Joanes), leva-nos a pressupor a existência, naqueles tempos, de populações espalhadas ao longo de pequenos núcleos populacionais, pequenas quintas, já que as sepulturas serão datadas, muito provavelmente, de entre os sécs. X-XII. Na freguesia de Fernão Joanes, encontram-se duas sepulturas de planta antropomórfica, e uma terceira, escavada em bloco granítico móvel (entretanto desaparecida), localizadas perto da Capela de Nossa Senhora do Soito; uma

outra, aparece situada na Cortelha do André. Não muito longe, deparamos com a importante necrópole da Tapada dos Mouros (Freguesia dos Meios), constituída por 13 sepulturas¹.

No decorrer do século XII, a Reconquista colocou sob o domínio cristão toda uma extensa área de ambas as vertentes da Serra da Estrela que, até esta data, se mantinha numa relativa indefinição sobre o seu domínio político, o que a tornou alvo da atenção dos monarcas leoneses e portugueses. Embora com um povoamento rarefeito, destacavam-se ainda assim pequenos núcleos de povoamento, que se foram consolidando nos sécs. XII e XIII, com a outorga de cartas de foral. Um primeiro movimento de organização e apropriação do espaço, por parte de D. Afonso Henriques, traduziu-se na concessão de cartas de foral a diversas povoações da Serra da Estrela, tais como Celorico da Beira, Linhares (1169) e Folgoso. Por sua vez, D. Sancho I concede cartas de foral à Guarda (1199), Covilhã, Valhelhas (1188), entre outras localidades, sendo notória a preocupação, por parte dos primeiros monarcas portugueses, de povoamento e colonização, com atracção de gente aos recém criados concelhos. Se bem que já no tempo de Afonso III, o Magno, Rei de Leão, o domínio cristão se tenha feito sentir nas vertentes da Serra da Estrela, com a conquista de Seia (875), Linhares (900) e Celorico da Beira (à medida que a reconquista Cristã avançava para além do Mondego), só nos séculos XII/XIII é que as populações cristianizadas se começaram a estabelecer permanentemente nas actuais áreas do concelho da Guarda. Aliás, se atendermos aos dados da toponímia, os nomes dos lugares do termo da Guarda, atestam uma ocupação à época (sécs. XII/XIII) recente: parece ser ténue a influência romana e árabe; nota-se uma abundância de topónimos relativos à vegetação e acidentes naturais (exemplo: Maçainhas, Codeceiro), e há um grande número de povoações que devem o seu nome ao seu senhor ou povoador. Citaria só, como exemplificativos, as aldeias de Pêro Soares, Gonçalo, João Antão, João Bragal, etc. Parece-me ser este o caso de Fernão Joanes, que se deverá ter desenvolvido a partir de um pequeno núcleo de casas ou de uma quintã, na tutela de um senhorio/povoador, muito provavelmente chamado Fernão Joanes, nos fins do séc. XII, inícios do séc. XIII. Aliás, esta hipótese parece-me verosímil, até porque é tradição local que esta aldeia teria sido, no passado, uma grande quinta, pertença de um senhor de nome Fernão João. Ainda segundo a tradição local, o dito senhor, como não tinha descendentes, legou os seus bens a todos os seus servidores que, com o passar do tempo, se transformaram numa comunidade de razoáveis dimensões, formando assim um pequeno povoado; por comum acordo entre os membros do povoado, deram-lhe o nome do seu benfeitor, depois de um reajustamento do nome do senhor, de Fernão João para Fernão Joanes.

1 Mais informações sobre os espaços de enterramento da Alta Idade Média, neste território, encontram-se no relatório "Levantamento Arqueológico do Alto Mondego – Fernão Joanes, Meios, Trinta e Videmonte", 2004, da autoria do Dr. Vítor Pereira (Arqueólogo da C. M. Guarda) e do Arq. Haley Cazarini Bueno (GTL – C. M. Guarda).

É de considerar que as tradições e memórias lendárias locais têm muitas vezes, apesar de possíveis deturpações no correr dos tempos, um certo fundamento histórico. Assim, na análise histórica de Fernão Joanes, não poderemos deixar de ter em conta as suas mais persistentes “estórias”.

Na História Medieval de Fernão Joanes, um dos dados mais intrigantes diz respeito à origem e função das denominadas Eiras, comumente chamada Aldeia dos Animais. Faz parte da própria mitologia da aldeia de Fernão Joanes considerar-se que as Eiras foram, desde sempre, local de abrigo do gado (na aldeia propriamente dita, a sua presença era vedada, só se admitindo, animais de estimação), assim como o sítio escolhido para armazenar os cereais. Actualmente e, embora o gado seja já em muito menor quantidade, mantém-se ainda o hábito de o guardar nas Eiras.

Em 1260, na sentença de divisão das igrejas e rendas da diocese da Guarda, entre o Bispo D. Rodrigo Fernandes I e o Cabido Egitanense, aparece-nos um dado surpreendente: como fazendo parte do quinhão do bispo egitanense, surge-nos a Igreja de *S. Petrus de Eiras Fernandi Johis*. Este documento sugere-nos algumas hipóteses históricas sobre a génese das Eiras e de Fernão Joanes, que podem ser contraditórias entre si. Assim, numa primeira hipótese, poderemos retirar da existência desta igreja a convicção de que, pelo menos em 1260, o local das Eiras já seria habitado, caso contrário, não faria sentido encontrar-se já erecta uma igreja. Sendo assim, existiria somente o povoado denominado Eiras Fernão Joanes? Ou, pelo contrário, existiriam as Eiras e Fernão Joanes, estando a primeira dependente da segunda localidade, como se poderá inferir? Numa segunda hipótese e levando em conta a existência das Eiras e de Fernão Joanes, por que motivo só está referenciada uma igreja nas Eiras, e não no povoado Fernão Joanes, que parece ser mais importante? Actualmente, não existem dados objectivos, que nos possam ajudar na decifração destes enigmas históricos. Podemos admitir, em 1260, a existência de dois povoados distintos, muito provavelmente fazendo parte do senhorio de algum nobre, vindo para estas paragens na altura da reconquista (Fernão Joanes?), e onde, inexplicavelmente, o aglomerado menos importante era aquele que tinha já erigida uma igreja (S. Pedro). Mas também poderemos aventar a hipótese histórica de só existir o povoado de S. Pedro de Eiras Fernão Joanes, retirando o nome do seu povoador ou senhor e das suas características morfológicas². Situadas numa plataforma lisa e granítica, num ponto elevado, com um bom controle visual da paisagem circundante, as Eiras poderiam ter sido, no passado, mais um dos castros desta região, ocupado, posteriormente, durante a Reconquista Cristã, muito provavelmente entre os sécs. X e

2. No Grande Dicionário da Língua Portuguesa de António de Moraes Silva, é dada a seguinte definição de Eira: área, extensão de terreno, terreiro liso e duro, mais ou menos circular, onde se põe a secar os cereais ou legumes e onde se debulham e limpam.

XIII (recorde-se a cronologia das necrópoles existentes nas suas imediações). Numa época de tão grande turbulência, não admira, por isso, que os primeiros povoadores escolhessem sítios alcandorados, facilmente defensáveis. Sendo assim, este núcleo das Eiras poderia ter sido o embrião do actual Fernão Joanes, estabelecido em época posterior e menos conturbada, na encosta, numa área mais fértil e de clima mais ameno. Logo, aquilo que no passado seria um povoado ou uma quintã de um senhor nobre, e onde a principal actividade seria a seca e a debulha dos cereais, tornou-se, com o passar do tempo, um local de menor importância com a descida dos seus habitantes para a encosta mais fértil, dando origem a um novo povoado de Fernão Joanes (mantendo o nome do antigo povoador/senhor, como evocação do passado). Inquestionável é o facto de, em 1321, na relação de todas as igrejas do bispado da Guarda, a Igreja de S. Pedro de Eiras estar unida às Igrejas de S. João e de St.^a Maria de Fernão Joanes, rendendo todas 60 libras. Parece-nos assim que, nos inícios do séc. XIV, era já bem clara a distinção entre Fernão Joanes e as Eiras; embora povoados distintos, a junção das suas igrejas mostra que, eclesiasticamente, existiam entre elas ligações muito próximas. Estariam já, por esta altura, as Eiras subordinadas ou na dependência da mais novel e importante povoação de Fernão Joanes? É bem provável que sim, pois tais ligações entre as suas igrejas denunciariam já uma possível “dependência administrativa” das Eiras, em relação a Fernão Joanes. Desta relação também se pode inferir que das actuais igrejas existentes em Fernão Joanes, só a Igreja Matriz de S. João Baptista existia no séc. XIV. Recorde-se, no entanto, as alterações ocorridas na denominação de muitos oragos a partir da segunda metade do séc. XI, devido à sobreposição do calendário gregoriano em relação ao calendário hispânico tradicional.

Os séculos XV e XVI em Fernão Joanes, são no que respeita à documentação conhecida, um deserto. Com certeza, continuariam a existir as Eiras e Fernão Joanes, este povoado muito provavelmente numa situação preponderante em relação às Eiras. Os vestígios materiais, que ainda hoje se podem observar nesta freguesia, datados da época medieval, são reduzidos. Parece-nos mesmo que dessa época, se não mesmo da época tardo-medieval, bastante avançada e que entra pelo séc XVI, só existirão vestígios na Capela de Nossa Senhora do Soito (a existência de dois arcobantes, um de cada lado das fachadas laterais, poderá indicar a primitiva construção desta capela, num período compreendido entre os sécs XIV e o XVI³), e numa casa situada na Rua do Chão do Pegão. Se os vestígios arquitectónicos/artísticos deste período histórico não abundam, a maioria dos edifícios deverão ter sido substituídos, nos tempos modernos, por outros que, nalguns casos se situam no mesmo local; já dos primórdios da época moderna é

3 No seu interior, encontra-se uma escultura no retábulo-mor (já do séc XVIII), representando Nossa Senhora com o Menino, que pelas suas características estilísticas deverá datar do séc XV. Não existem dados que nos levem a afirmar com exactidão que a referida imagem sempre pertenceu a esta capela.

possível termos uma visão relativamente aproximada do que seria a aldeia, por essas centúrias. Embora tenham chegado até nós escassos ecos e subsista, actualmente, um pequeno número de exemplares arquitectónicos/artísticos, ainda assim estes são suficientes para se poder afirmar que toda a área central da aldeia, ao redor da Praça Abílio Curto, da Rua da Quintã, e da Rua das Escadinhas, se encontrava já consolidada nos primórdios da época moderna. É pelo séc XVI que se começa a generalizar a presença de vãos com ombreiras e lintéis biselados, persistindo por todo o séc XVII; nas ruas atrás referidas, surgem-nos em casas, que deverão remontar aos sécs XVI/XVII, com quatro desses vãos, em portas. Em toda a aldeia, só voltamos a encontrar esse tipo de vãos, na casa atrás citada na Rua do Chão do Pegão (na porta e no janelo), que, pelas suas características estilísticas, deverá ter sido construída na transição do séc XV para o séc XVI⁴, e deverá ser o mais antigo exemplar de arquitectura civil, ainda hoje existente em Fernão Joanes.

A confirmar os dados que os vãos biselados sugerem, (com a sua presença numa área de razoáveis dimensões, entre os Largos Abílio Curto e a Capela do Espírito Santo, passando pelo Largo do Canto), aparece-nos no Numeramento de 1527, a aldeia de Fernão Joanes englobada na listagem das povoações do termo da cidade da Guarda, como uma localidade de razoáveis dimensões. Poderemos mesmo considerá-la como uma grande aldeia; juntamente com mais outras oito aldeias formavam o conjunto de localidades mais populosas do termo da Guarda, associadas às bacias do Mondego e do Zêzere⁵. Tinha então uma população de 57 fogos, do que se pode inferir ter Fernão Joanes, pelas primeiras décadas do séc. XVI, cerca de 228 habitantes⁶. Curiosamente, a vizinha aldeia dos Trinta que, historicamente, sempre teve alguma preponderância em relação a Fernão Joanes, e até a outras aldeias vizinhas (exemplo dos Meios), era menos populosa (56 fogos). Pontuando o tecido urbano, surgem-nos na aldeia e seus arredores algumas construções do séc. XVII, expressões arquitectónicas que reflectem, para a altura, ainda que indirectamente, uma realidade económica de algum desafoço. É o caso da Capela de Nossa Senhora do Soito que, conquanto de origem medieval, foi reedificada quase que de novo por este século, como se conclui da análise das suas características arquitectónicas; (o mesmo se passa com algum casario espalhado pela aldeia, e também com a fonte da Rua da Fonte, que tem gravada a provável data de 1690). No fim do séc. XVII, Fernão Joanes contava já com 132 fogos, o que corresponderia a mais de 500 habitantes. Por este século, mantinha-se como uma aldeia de grandes dimensões, continuando mesmo muito mais populosa que a vizinha aldeia dos Trinta (100 fogos, cerca de 400 habitantes).

4 Na cidade da Guarda, a casa da Rua dos Clérigos que Adriano Vasco Rodrigues considera ser dos fins do séc XIV, inícios do séc. XV, apresenta notórias afinidades com esta casa .

5 As restantes eram Aldeia Nova, Benespera, Faia, Pero Soares, Ramela, Seixo Amarelo, Trinta, e Vela.

6 Utilizei no cálculo da população, o índice quatro habitantes por fogo.

A festa da Nossa Senhora do Soito realiza-se, em Fernão Joanes, desde tempos imemoriais, sendo muito concorrida pelas gentes da região⁷. Contam as populações locais que a fama de santidade de Nossa Senhora do Soito era tão grande, que uns romeiros da vizinha freguesia dos Trinta resolveram roubar a imagem e fazer-lhe uma capela. Ainda segundo a tradição, se o pensaram, melhor o fizeram. Só que não contaram com o imprevisto; embora lhe tenham construído a capela, a imagem voltou para Fernão Joanes.... Historicamente, certa é a existência de uma outra Capela de Nossa Senhora do Soito, nos Trinta. Em 1758, por obrigação de antigo voto, a imagem de Nossa Senhora do Soito vinha em procissão até à freguesia dos Trinta. Esta história lembra-nos as relações de proximidade existentes entre as aldeias de Fernão Joanes e dos Trinta. Durante grande parte da sua história, e até pelo menos ao séc. XVIII, a antiga freguesia de São João Baptista de Fernão Joanes era um curato anexo à vigaria dos Trinta, e da apresentação do seu vigário.

A imagem setecentista de Fernão Joanes é marcada por uma notória presença barroca. Se na sua actual paisagem não se destacam pontos marcantes pela sua singularidade arquitectónica, ainda assim são os edifícios mais eruditos do séc. XVIII, de características ou decoração barroca, que aí mais se denotam. É o caso da Igreja Matriz, e de várias casas de aspecto mais erudito, edificadas ou reconstruídas no séc. XVIII⁸, além de um rico espólio artístico, que se guarda no interior da Igreja Matriz e da Capela de Nossa Senhora do Soito, com bons exemplos decorativos dentro dos cânones barrocos, em talha dourada e policromada, pintura e estatuária. É através da visão destes monumentos e do seu interior, que podemos ter a noção de que Fernão Joanes, foi pelo séc. XVIII, uma povoação com relativa prosperidade. A partir deste século, Fernão Joanes entra na contemporaneidade. Os séc. XIX e XX estão já razoavelmente documentados, tornando-se, por isso, mais fácil a compreensão do devir histórico desta aldeia. Em 1758, pelo inquérito que a Academia Real da História promoveu, dirigido aos párocos de todas as freguesias do país, ficamos a conhecer alguns dados de Fernão Joanes. Assim, a sua população teria sofrido um ligeiro aumento, passando para 564 habitantes, distribuídos por 141 fogos⁹, pertencia ao termo da cidade da Guarda, e a freguesia não tinha qualquer outra povoação ou simples quinta. Continuava Fernão Joanes um curato anexo à vigaria dos Trinta, rendendo 45 000 reis e 60 alqueires de trigo. Pelos meados do séc. XVIII, existia na aldeia a

7 Existia um ex-voto guardado na capela que lembrava a cura operada por intercessão de Nossa Senhora do Soito a favor de um devoto da Cidade da Guarda, por volta de 1756.

8 Refira-se ainda o Solar na Praça Abílio Curto que deverá ter sido construído no séc. XVII embora tenha sofrido acrescentos e alterações no séc. XVIII e XIX, a Casa Solarenga na Travessa da Moagem, a casa com a data de 178(?) na Rua da Quintã, entre outras.

9 O pároco afirma serem “pessoas maiores 402, e dos menores 94”.No entanto, utilizando o mesmo índice 4 habitantes por fogo, a população em 141 fogos deveria corresponder a 564 habitantes.

Igreja Matriz de São João Baptista, reconstrução barroca de um edifício anterior (recorde-se que era já citada na documentação medieval), a Ermida do Espírito Santo (o actual edifício parece ser uma reconstrução do séc. XIX, já que apresenta, em dois dos seus portais, vãos biselados, vestígios do que poderia ter sido a primitiva construção dos sécs. XVI/XVII), e a Ermida de Nossa Senhora do Soito. A Igreja de Santa Maria de Fernão Joanes e a Igreja de São Pedro das Eiras, referidas em documentos de 1321, já não subsistem no séc. XVIII. Aliás, desde essa data, deixou de haver referências documentais às Eiras¹⁰. Seriam já um lugar sem população, servindo unicamente para a guarda dos animais e como paragem nos trilhos da transumância? É bem provável que sim, até porque, neste inquérito, não há referências a quaisquer outras aldeias ou lugares subordinados a Fernão Joanes. Muito provavelmente, as Eiras foram-se despovoando a partir de uma data indeterminada (séc. XVI(?)), deixando de ser um núcleo populacional, dependente de Fernão Joanes (ou, na outra hipótese atrás referida, o embrião da actual aldeia de Fernão Joanes), e tornando-se, progressivamente, um local habitado apenas por animais. As Eiras são um núcleo de grande homogeneidade e originalidade, que pensamos terem a sua origem num antigo castro, repovoado nos fins do séc. XII, inícios do séc. XIII. Temos a convicção de que, pelo menos em 1260, era já novamente um lugar habitado, pois a presença da Igreja de São Pedro das Eiras tal nos indica. Até quando se manteve como núcleo populacional, é uma dúvida que há-de persistir, pelo menos até que futuras investigações arqueológicas ou descobertas documentais nos elucidem. Embora nos últimos séculos, as Eiras/Aldeia dos Animais estejam inequivocamente ligadas à transumância, parece lógico, até pela visão do edificado que aí persiste, terem, durante um longo período da sua história, existido como povoado, simultaneamente com a aldeia de Fernão Joanes. A situação de dependência, em relação a esta última, carece de cabal esclarecimento. Maugrado as casas existentes nas Eiras serem hoje, e no passado mais recente, ocupadas com a guarda de animais e cereais, a sua forma edificada e as suas característica estilísticas levam-nos a suspeitar que foram, no passado, casas de habitação. São muito semelhantes às construções que Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, na sua obra “Construções primitivas em Portugal”, consideram ser construções primitivas. Caracterizam-se por serem edificadas em pedras sobrepostas, sem grande preocupação técnica, com as ombreiras e as vergas das portas constituindo grandes blocos de granito, com um único piso, sistema de duas águas e cobertura

¹⁰ No Numeramento de 1527, é referenciado no conjunto das localidades do termo da Guarda, o “Monte de Sam Pedro” com 4 fogos (16 habitantes). Será que terá algo a ver com as Eiras? Recorde-se que a igreja aqui existente tinha a designação de São Pedro das Eiras. Persiste a dúvida, até porque, actualmente, não é clara a localização do citado monte. Se é coincidente com as Eiras, e não uma simples quintã, mostrava, sem dúvida, um verdadeiro declínio populacional, próximo do seu fim como localidade. Com população similar a este monte encontramos alguns aglomerados mas que eram simples quintas (à excepção de 3 localidades).

maioritariamente em colmo ou feixes de palha entrelaçada com giestas, e sem janelas. Com ligeiras alterações (a existência, por vezes, de pequenas frestas), são estas características também visíveis nas Eiras. É quase impossível determinar com exactidão a época de edificação de tais casas, mas sabemos que esta tipologia era usual, em Portugal, pelo menos já no séc. XVI, como demonstram os desenhos feitos provavelmente em 1509, pelo escudeiro Duarte de Armas, retractando diversos castelos que defendiam a Raia de Portugal.

Foi nosso propósito deixar algumas achegas sobre um tempo histórico menos claro, interrogando-nos constantemente sobre a realidade aqui analisada, tendo a clara noção de que este breve estudo não é o fim, mas sim o início de uma longa e quiçá difícil investigação de uma pequena e humilde aldeia, implantada numa grande serra. Parece-nos ainda ser de todo o interesse para o conhecimento da história de Fernão Joanes, analisar e tentar compreender como é que as Eiras teriam sido no passado, e como se desenvolveram.

A História é sempre “uma escolha”, resultante de factores de vária ordem. Escolhemos, por motivos de gosto pessoal e limitação de espaço, debruçarmo-nos sobre as mudanças e sobrevivência de um Fernão Joanes de um tempo antigo e estranho, e sobre o seu percurso e fisionomia até ao séc. XIX. Que este estudo venha a contribuir para futuras e mais profícuas

Bibliografia

- ARMAS, Duarte de. *Livro das Fortalezas – Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco*. Lisboa: ANTT – INAPA, 1997.
- AZEVEDO, Rui de. *et alii. Documentos de D. Sancho I (1174–1211)*. Vol. I Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979.
- BORGES, Augusto Moutinho. *Algumas notas sobre construções primitivas no concelho da Guarda*. Revista Praça Velha, n.º 14, Novembro de 2003.
- BUENO, Haley Cazarini; PEREIRA, Vitor. *Levantamento Arqueológico do Alto Mondego – Fernão Joanes, Meios, Trinta e Videmonte*. (Relatório do Gabinete Técnico Local – C. M. Guarda), 2004.
- CASTRO, José Osório da Gama. *Diocese e Distrito da Guarda*. Porto: Tipografia Universal, 1902.
- CHORÃO, Maria José Bigotte. *Memórias Paroquiais*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2002.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (dir.). *Forais e Foros da Guarda*. Guarda: C. M. Guarda, 1999.
- COLAÇO, J. T. Magalhães. *Cadastro da População do Reino (1527)*. Actas das Comarcas dantre Tejo e Odiana e da Beira. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1931.
- COSTA, Américo. *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*. Porto: Livraria Civilização, 1929 - 1950.
- DIAS, João José Alves. *A Beira Interior em 1496 (Sociedade, Administração e Demografia)*. Separata de Arquipélago, n.º IV. Ponta Delgada, 1982.
- GOMES, J. Pinharanda. *História da Diocese da Guarda*. Braga, 1981.
- GOMES, Rita Costa. *A Guarda Medieval – Posição, Morfologia e Sociedade, 1200–1500*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Ed., 1987.
- LEAL, M. P. Silva. *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado da Guarda*. Lisboa, 1729.
- MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal Vols. I, II, III e IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.
- MOUTINHO, Mário. *A Arquitectura Popular Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Universitária, nº7. Editorial Estampa. 2ª edição, 1979.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamim. *Construções Primitivas em Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 3.ª edição, 1988.
- OLIVEIRA, Carlos de. *Apointamentos para Monografia da Guarda*. Guarda, 1940.
- RODRIGUES, Adriano Vasco. *Monografia Artística da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda 1977.
- RODRIGUES, Adriano Vasco. *Guarda, Pré-História, História e Arte*. Guarda: Santa Casa da Misericórdia, 2000.

A Transumância em Fernão Joanes

Alberto Martinho

No quadro n.º 1 constata-se que em 1978 ainda existiam em Fernão Joanes 745 ovelhas e 39 cabras, distribuídas por 14 pastores, aquando do inquérito levado a efeito pela equipa do Parque Natural da Serra da Estrela (ver mapa n.º 1), que tinha arrancado no último trimestre de 1977.

O pastoreio das aldeias de Fernão Joanes, tal como a de Videmonte, Folgoso e Sabugueiro foi estudado pelo Prof. Orlando Ribeiro no início da década de 1940.

Os gados de Videmonte e de Fernão Joanes tinham, nomeadamente, dois destinos para passarem o Inverno: a região do Douro e os campos da Idanha.

Freguesias	Nº de ovelhas	Nº de cabras	Nº de pastores
Meios	361	120	8
Famalicão	155	223	8
Fernão Joanes	745	39	14
Videmonte	1795	921	23
Trinta	338	39	7
Valhelhas	35	210	5
Vale de Amoreira (Pertence à Freguesia de Valhelhas)	—	68	3
TOTAL	3429	1620	68

Quadro 1 | Pastores no concelho da Guarda em 1978



Mapa 1 | Parque Natural da Serra da Estrela (primeira demarcação)

Em Videmonte havia um “maioral” (o tio José Madeno) que levava os gados de Videmonte e de Fernão Joanes para o Douro pagando os donos 20\$00, 25\$00, 50\$00, e no resto do período 100\$00 “por cabeça”. Além disso, por cada 10 “cabeças” cada pastor tinha que dar um queijo e uma “chiba”.

Por vezes até mandavam cabras para dar leite para os pastores.

No caminho para o Douro (ver mapa n.º 2), pelo S. Francisco, demoravam, em média, 4 dias, “quando os borregos já andavam”. Um ano demoraram 14 dias com 215 ovelhas e 7 borregos à partida; quando chegaram ao Douro contavam 215 ovelhas e 125 borregos, tendo perdido, contudo 5 borregos pelo caminho. Nalguns locais tinham que ter mais cuidado, pois alguns residentes aproveitavam a passagem dos rebanhos transumantes para roubarem umas “cabeças”.

O maioral nos locais de destino alugava pastos. Alguns eram alugados em troca da estrumada dos rebanhos. Outros recebiam dinheiro e queijos pelos pastos. Por vezes a Câmara de Alijó e outras obrigavam os pastores a pagar “uma licença por internada”. Um ano o referido maioral pagou 480\$00. O maioral levava com ele 7- 8 homens para guardarem o rebanho que era dividido em dois, nos locais de internada, para se controlarem melhor as “reses”. O maioral “governava” dava-lhe os alimentos e pagava uma jorna. Os pastores contratados eram de Folgoso e de Videmonte.

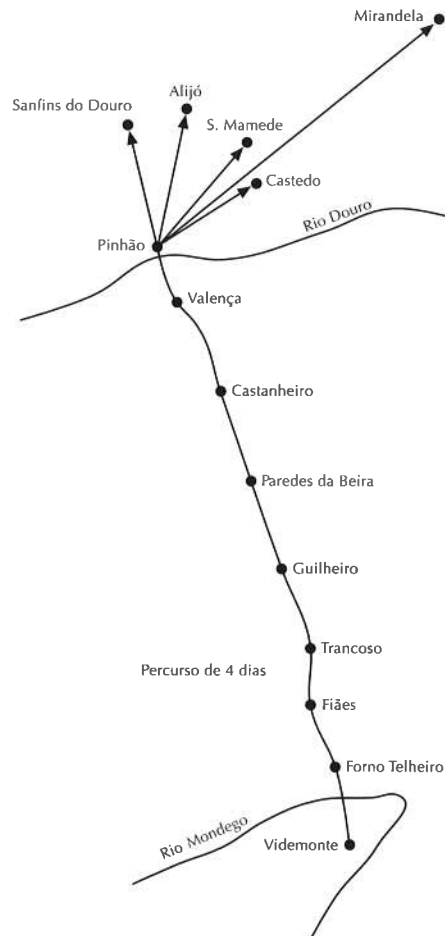
Fernão Joanes, outra aldeia situada a 950 metros, segundo o Prof. Orlando Ribeiro, também tinha a sua transumância mais dirigida para “os campos” de Idanha (ver mapa n.º 3).

A partida verificava-se por volta do dia 20 de Novembro e a chegada no final de Março. Os borregos ficavam lá até ao primeiro de Maio. Os pastores arrendavam os pastos e dividiam as despesas por todos. No entanto, quando os gados partiam, sete ou oito homens, iam ajudá-lo a chegar ao destino. Lá só ficavam dois, para acompanhar o maioral, que ganhavam “por soldada” 300\$00 por mês.

Às vezes os pastores de Fernão Joanes “faziam sociedade”, arrendavam pastos em comum, com os pastores de Videmonte, Manteigas e Sabugueiro, aldeia de onde os pastores partiam mais cedo devido à queda da neve.

Era pois, a prova da influência dos gados destas localidades nestes “campos”, bem como a amizade reinante entre os pastores.

**Mapa 2 | Caminho seguido pelo “gado”
de Videmonte para o Douro**

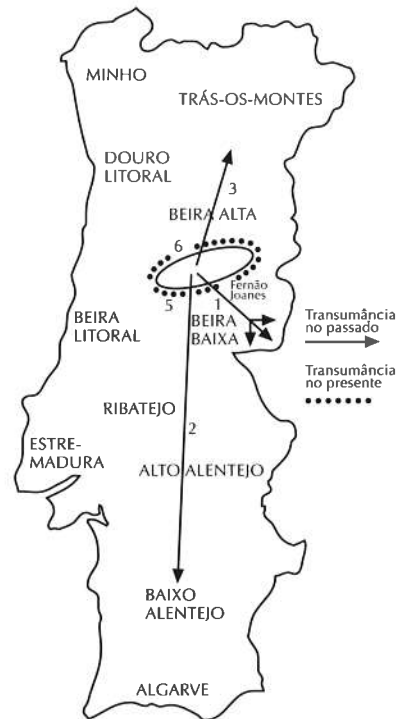


**Mapa 3 | Caminho seguido pelo “gado”
de Fernão Joanes para os campos da Idanha**

Nos anos mais recentes essa transumância de Inverno fica mais curta (ver mapa n.º4), em aldeias como Gonçalo, Aldeia do Mato, durante um período mais curto – um mês, que coincide com os maiores rigores.

Os pastores de Fernão Joanes foram sempre activos nas feiras – concurso do queijo da serra levadas a efeito pelo Parque Natural da Serra Estrela e nos concursos de ovinos também levados a efeito pelo referido organismo.

Estes pastores defenderam e defendem afincadamente a cultura do pastoreio e do queijo da serra da estrela.



Mapa 4 | Transumância no passado e no presente do "gado" da Serra

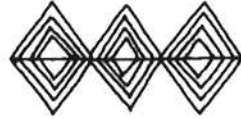
Bibliografia

MARTINHO, Alberto, "O queijo da serra", Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1980.

MARTINHO, Alberto, "O pastoreio e o queijo da serra", Lisboa, Parque Natural da Serra da Estrela, 1981.

MARTINHO, Alberto, "O pastoreio em Portugal: contributos para o seu estudo", in gestão e desenvolvimento, 2, 1993.

RIBEIRO, Orlando, "Contributo para o estudo do pastoreio na serra da estrela", Rev. Faculdade de Letras de Lisboa, Tomo VII, 1940-41.



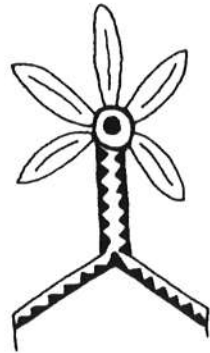
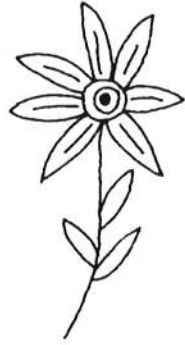












A importância das vias pecuárias

Santiago Bayon Vera

O papel das vias pecuárias na conservação da natureza

A primeira anotação que se coloca neste parágrafo é a constatação de que estamos a analisar mais uma possibilidade potencial do que uma situação predominante e satisfatória no seu estado actual. A rede das vias pecuárias representa mais, na nossa opinião, um património com grandes possibilidades de ser gerido para a conservação da natureza do que uma estrutura que na actualidade tenha uma repercussão claramente positiva nesta política. A sua importância será diferente nos distintos territórios e tipos de paisagem, dependendo da densidade da rede e da problemática concreta da conservação que tenha associada.

Deste modo, nas planícies com paisagem uniforme dominada pelo cultivo de cereais, as “cañadas” (*Nota do tradutor: termo espanhol para as “rotas da transumância”*) ajudam a manter habitats diversos, cuja importância será comentada nos parágrafos seguintes.

Nas montanhas mediterrânicas a importância das vias pecuárias está a diminuir pelo facto de se encontrarem mergulhadas no variado mosaico que constitui os distintos componentes da paisagem nestas zonas. Ao contrário daquilo que acontece nas planícies, com um número reduzido de tipos de habitats ou componentes territoriais, as zonas de montanha mediterrânica, especialmente aquela da encosta do Levante (*Nota do tradutor: nome genérico das Regiões mediterrânicas de Espanha*), apresentam um mosaico “de grão fino”, com uma variedade de peças de mosaico formadas por cultivos, olivais, vinhas, socalcos, muros de pedra, bosques, pastos e zonas de mato, entre outras. As vias pecuárias confundidas neste conjunto onde abundam ribanceiras e resto de vegetação natural, vêm reduzido o seu papel ao apoio à diversidade biológica e, como consequência, é também menor a sua contribuição para a conservação de espécies.

Contrariamente àquilo que em princípio poderia ser de esperar, o papel das vias pecuárias nas zonas de montanha do norte – Cordilheira Cantábrica, Sistema Ibérico, Pirinéus – onde se situam principalmente os pastos de Verão utilizados pela transumância de grande percurso, está limitado a facilitar o acesso aos desfiladeiros. Geralmente apresentam escassa largura e uma distribuição longitudinal ao longo das últimas subdivisões dos vales. Nestas montanhas, as rotas da transumância destacam-se mais pela dificuldade do seu percurso e da sua importância na paisagem do que pela superfície que ocupam. Uma situação intermédia seria representada por

aquilo que acontece no Sistema Central, onde as vias pecuárias não só dão acesso aos pastos, como também atravessam, no caso das “Cañadas Reales” (NT: rotas de transumância real), a Cordilheira ou juntam o seu traçado em paralelo ao alinhamento das montanhas.

A grande rede de vias pecuárias espanhola constitui uma extensa e diversa ramificação, fruto de muitos séculos de interacção do homem e do seu gado com o ambiente. Trata-se, sem sombra de dúvida, de um património valioso. Como veremos a seguir, a vasta gama de valores intrínsecos e potenciais que fazem parte da rede de vias pecuárias faz com que a sua recuperação e conservação sejam objectivos de cumprimento obrigatório.

As vias pecuárias como apoio para a diversidade das raças de gado

A grande variedade de solos, climas, sistemas de exploração do gado e características socio-económicas das diferentes regiões da Península Ibérica, entre outras razões, deram lugar a um elevado número de populações ovinas e caprinas de caracteres específicos e bem definidos em cada caso, que determinam a vasta gama de raças espanholas para estas espécies.

Devido ao meio difícil em que geralmente se desenvolvem, constituíram-se no nosso país raças que têm como denominador comum a sua elevada rusticidade e a sua perfeita adaptação a estes meios, tendo tido como base uma selecção natural produzida ao longo dos séculos. Esta situação permite às nossas raças ovinas e caprinas desempenhar um papel importante na economia nacional ao aproveitarem os recursos pastáveis de grandes zonas desfavorecidas, nas quais será difícil serem substituídas por outros grupos étnicos.

O movimento do gado através de velhos caminhos pecuários, para além de implicar a prática de uma actividade económica, a geração de emprego e de produtos de carne de qualidade (a sua potenciação representa uma alternativa à Política Agrária Comunitária), permite a conservação das vias pecuárias pelo próprio movimento do gado, bem como a preservação de um importante caudal genético (biodiversidade) de raças autóctones da Península Ibérica (vacas da raça de “avilenha” – “negra ibérica” ou “morucha”, ovelhas de raça aragonesa ou merina, cavalos de raça andaluza ou castelhana, porcos, como o preto ou o ruivo andaluz, cães, como o mastim, cabras, como a serrana de Castela ou a “Verata”, etc.) e de ecossistemas como a devesa que, sem a intervenção e influência do gado sofreriam uma deterioração irreversível.

As vias pecuárias como apoio para a diversidade da flora e fauna

Nos espaços agrícolas extensivos, onde apenas permanecem restos de vegetação natural, uma adequada gestão que favoreça a conservação do pasto nas rotas da transumância pode fazer

com que estas tenham uma clara repercussão na conservação de espécies. Os seus solos profundos, ribanceiras e zonas pedregosas são um refúgio para micromamíferos, mustelídeos, répteis e diversos grupos de invertebrados. As aves de meios estépicos encontram também lugares adequados para aninharem entre os ervaçais e o mato das rotas da transumância. A sua importância refere-se tanto a espécies com áreas vitais pequenas (anfíbios, répteis, micromamíferos), como a outras com áreas vitais maiores (aves, mamíferos) mas que utilizam os habitats da rota da transumância para actividades concretas, em momentos essenciais dos seus ciclos ou em determinadas épocas do ano.

Deve-se ter presente que a sua superfície, é em poucas ocasiões, uniforme e com frequência apresenta o surgimento de áreas temporariamente alagadas ou charcas permanentes construídas ou adicionadas como bebedeiro e que favorecem as populações de anfíbios. Pelo seu carácter separado, estas populações possuem grande interesse ecológico e biogeográfico.

No caso das aves, e em particular as de meios estépicos, a rota da transumância não só tem interesse como habitat para a nidificação, como também desempenha um papel importante na sua alimentação como área trófica. A existência de vegetação natural com o importante factor acrescentado que representa o gado e os seus excrementos, unido ao facto de os pastos das vias pecuárias não serem geralmente tratados com insecticidas, são razões que explicam que as rotas da transumância mantenham uma fauna variada de insectos e outros invertebrados que, como complemento a uma dieta maioritariamente granívora, são essenciais para essas aves na época de cria.

Para as populações mais frágeis de plantas e animais, particularmente para a fauna edáfica, uma característica relevante das rotas da transumância, ou grande parte das mesmas, é o facto de nunca terem sido submetidas ao adubo químico, nem serem tratadas com substâncias biocidas. Representam desta forma um tipo de situação (natureza nunca contaminada) cada vez mais invulgar nos países envolventes e, portanto, de interesse crescente nos estudos naturalistas referentes aos espaços agrícolas mais afectados pelas referidas práticas.

As vias pecuárias como corredores ecológicos

Adoptando uma escala de percepção territorial mais ampla, as rotas da transumância podem ser analisadas como corredores para a conservação não só de espécies de fauna e flora, mas também de ecossistemas completos, se bem que este é um papel que poderia ser incrementado de maneira notável, com uma gestão adequada. Na biologia ligada à conservação denomina-se por "corredor" uma faixa de vegetação natural que liga áreas de certa extensão que de outra

maneira ficariam isoladas e cujas características naturais e valor para a conservação são muito superiores às dos terrenos que limitam o corredor.

Embora o papel dos corredores nos movimentos de fauna e a sua utilidade para favorecer a recuperação de determinadas espécies em perigo de extinção estejam a ser questionados por não existirem dados conclusivos, admite-se que a sua repercussão seja positiva como componentes de uma política de conservação à escala regional ou de território amplo. É muito importante a potencialidade que oferece o sistema neste campo; e entre as funções que algumas vias pecuárias estão a exercer, ou poderiam exercer, podemos indicar as seguintes:

- a) Faixas de ligação entre o mundo urbano e o meio natural. As vias pecuárias podem desempenhar um papel importante como eixo de ligação entre o tecido urbano das cidades e aldeias e o meio natural circundante. Trata-se de aproveitar as que penetram na cidade ou na aldeia, como cunhas de ligação entre o mundo urbano e o mundo rural, com a finalidade de criar eixos verdes de penetração da natureza no meio urbano e pôr o habitante da cidade em contacto com o seu ambiente rural-natural.

Além do mais, impõe-se como necessário ligar os parques urbanos com o meio rural-natural para evitar desta forma que fiquem isolados no meio do tecido urbano, o que obriga a uma intervenção humana intensiva nestes, por se terem convertido em autênticas ilhas carentes de relação com o seu ambiente natural.

- b) Faixas de ligação entre enclaves naturais.

Outra das funções que se poderia potenciar, e que não é incompatível com o passo ganho, é as passagens de ligação entre áreas naturais, quer sejam protegidas ou não. Se tivermos em consideração que o nível de fraccionamento do território é cada vez mais intenso devido ao grande número de infra-estruturas de comunicação existentes (auto-estradas, vias rápidas, estradas, linhas férreas), ou ao próprio desenvolvimento urbano industrial, os enclaves naturais de valor para a conservação, encontram-se cada vez mais isolados no meio do cimento e do asfalto.

Impõe-se pois, a necessidade de aproveitar certas vias pecuárias para ligar os enclaves naturais, com a finalidade de manter-se ou dinamizar-se, o fluxo permanente de flora e fauna que permite o intercâmbio de espécies entre os mesmos. O fraccionamento do território e o isolamento dos enclaves naturais não é ecologicamente aconselhável para o desenvolvimento normal da vida de animais ou plantas, visto que lhes provoca grandes problemas: isolamento genético das populações em ilhas – endogamia e perda de variedade genética, morte de vertebrados por atropelamentos – com as resultantes repercussões nos efectivos populacionais – empobrecimento da diversidade específica, etc.

As vias pecuárias utilizadas para esta finalidade poderiam servir, em determinados casos, como autênticas passagens verdes pelas quais a fauna e a flora poderiam movimentar-se (pensemos que as rotas da transumância têm 75 m de largura), constituir-se-iam, face ao futuro, em condicionante ambiental ao desenvolvimento de actividades de alto impacto, evitariam o isolamento dos espaços naturais e libertariam território da dinâmica urbanística de criação de infra-estruturas.

- c) Faixas de protecção (faixa colcha) de espaços de interesse ecológico. Algumas vias pecuárias são limítrofes de terrenos de grande valor ecológico. O papel que lhes compete desempenhar é crucial, visto que constituem excelentes faixas colcha face a potenciais impactos que se poderiam gerar sobre o enclave natural em questão. Por isso é prioritária a sua vigilância, com a finalidade de evitar atitudes indisciplinadas que provoquem a usurpação e/ou ocupação ilegal destes espaços públicos limítrofes com áreas de interesse ecológico, e que portanto sejam introduzidas cunhas de degradação no bordo destes (fenómeno que por desgracia começou a desenvolver-se).
- d) As vias pecuárias nos Espaços Protegidos. Noutros casos, as vias pecuárias fazem parte dos espaços naturais protegidos, ou em vias de protecção, e a perda de funcionalidade de algumas delas como passagem de gado, comunicação rural ou pastoreio, pode ser aproveitada para recuperar a cobertura vegetal autóctone do Espaço Protegido, ou mesmo como apoio para destiná-la a fins educativos, culturais ou de interpretação da natureza (sendeiros da natureza), limitando os impactos a pontos concretos do enclave natural, canalizando os visitantes por rotas previamente definidas, excluindo aqueles locais sensíveis onde é necessário evitar, ou limitar ao máximo, a presença do ser humano.
- e) As vias pecuárias e os cursos de água. Na óptica de melhoria ambiental do território, as vias pecuárias desempenham um papel importante, visto que muitas delas decorrem em paralelo a cursos de água, pelo que se sobrepõem o domínio público hidráulico e a via pecuária, constituindo-se faixas de solo público de interesse especial para o fluxo da fauna e flora, bem como para a melhoria dos ecossistemas ribeirinhos. Contudo, em muitos casos é necessário um trabalho prévio de eliminação de ocupações ilegais e a conveniente revegetação das mencionadas vias pecuárias, o que permitirá conseguir reconstruir os complexos de vegetação ribeirinha, tendo efeitos positivos na qualidade do meio fluvial no seu conjunto.
- f) As vias pecuárias e a melhoria da cobertura arbórea (revegetação linear). Um dos graves problemas com que contam muitas partes do território do Estado espanhol é a escassez de cobertura arbórea, pelo que a revegetação de certas vias pecuárias tem uma clara

função de melhoria ambiental, visto que atenuam a dessecação ambiental, criam refúgios para a fauna, retêm o solo e enriquecem-no com os seus restos de folhas e ramas, recuperam paisagisticamente o território, etc.

Deve-se potenciar esta revegetação nos traços das vias pecuárias nos quais não existe movimento de gado, ou naqueles onde ainda existe mas onde não se geram tensões entre a actividade de ganadaria e a de melhoria da cobertura arbórea, e com especial referência àqueles sectores do território no qual o meio natural é árido e existe uma acentuada ausência de vegetação arbórea.

Não podemos esquecer que existem actualmente linhas de financiamento comunitárias e nacionais para potenciar a reflorestação de amplas áreas da nossa geografia.

Importância paisagística das vias pecuárias

As rotas da transumância representam, ou podem chegar a representar com a utilização adequada, um factor de diversificação na paisagem que contrasta com a vegetação circundante. Nas planícies de cereais são faixas de amenidade que mantêm pastos, vegetação arbustiva ou arbórea com solos mais evoluídos, em geral, nunca lavrados e bem adubados em comparação com aqueles dos terrenos adjacentes. Nas zonas florestais a rota da transumância, pelo contrário, é habitualmente um caminho de pasto aberto, espaçoso para a passagem dos animais.

Em muitos casos, especialmente quando a rota da transumância atravessa terrenos muito desflorestados pela sua dedicação agrícola exclusiva, seria adequado um trabalho de reflorestação com vegetação autóctone (mato e árvores), favorecedora da diversidade de habitats.

Outro aspecto destacado à escala territorial ampla sobre a repercussão das vias pecuárias na conservação da natureza é o facto de fazer parte de um conjunto de paisagens pastoris, típico da Península Ibérica mediterrânica, e cuja manutenção foi, em épocas passadas, uma peça essencial. Tal como afirma González Bernáldez quando se refere precisamente à sobrevivência da pastorícia: *“A paisagem constitui nestes momentos o primeiro recurso natural para a União Europeia e outras áreas desenvolvidas do mundo”*.

As rotas da transumância contribuem para a conservação das devesas, dos pastos de montanha e, por representarem um importante apoio para a actividade económica, também para a utilização do solo nos territórios mais abruptos de clima mediterrânico com as suas singulares características de policultivo e socalcos, típicos das serranias do Levante. As deslocações de transferência ou de transumância curta nas serras de Teruel e Castellón são, na actualidade, quase a única actividade que favorece a ocupação das numerosas casas de campo (“masadas”)

que aí existem. O conjunto de tipos de paisagem citados desfrutam geralmente de grande apreço - pela sua singularidade - no contexto europeu e a sua protecção e cuidado podem influir de forma muito positiva no desenvolvimento económico e nos fluxos demográficos.

Na Península Ibérica contamos com uma muito boa representação de paisagens pastoris, singulares na Europa, devido ao seu valor tanto estético, como naturalista. A sua importância para as aves foi destacada em várias ocasiões, além da sua repercussão positiva na estratégia europeia para a conservação de espécies. As vias pecuárias fazem parte de uma ramificação idêntica de paisagens pastoris, nas quais se incluem as devesas e os distintos tipos de pastos em zonas de páramos e montanhas.

O património histórico cultural e as vias pecuárias

A via pecuária em si é um elemento cultural de primeira grandeza, visto que é grande a carga histórica que possui. Como se sabe, trata-se de caminhos centenários que sobreviveram a circunstâncias muito distintas e que coincidem, não raro, com o traçado de importantes eixos viários pré-romanos e romano-visigóticos. Existem inclusive, estudos que sustentam a existência do fenómeno da transumância em períodos proto-históricos.

Além deste valor histórico intrínseco, em certas ocasiões, os elementos constitutivos da via pecuária, ou sobre as quais esta se criou, incrementam o seu valor de forma extraordinária.

Bebedouros, pontes, choças de pastores, locais de descanso, malhadas, desfiladeiros reais, balizas, ermidas de sociedades de proprietários de gado (“mesta”), casas para a tosquia, lavadouros de lã, etc., são elementos complementares do sistema das Vias Pecuárias que não se deveriam perder e que enriquecem estes caminhos. Igualmente ligada a este sistema desenvolveu-se uma rica cultura pastoril que abrange desde uma linguagem própria ou uma gastronomia característica, até formas de vida e tradições artesanais próprias que constituem uma parte importante do nosso acervo cultural, que deve ser conservado.

Pelas rotas e caminhos da transumância viajavam não só animais e pessoas; acompanhava-os também um sistema completo de cultura própria em movimento permanente, capaz de unificar e difundir as suas características entre zonas distantes do território hispano. Temos de realçar o papel importante que cumpriram as vias pecuárias como artérias pelas quais fluíam tradições, costumes, formas de falar, canções, danças e outras manifestações folclóricas que iam e vinham de umas regiões para outras, tendo como portadores os ganadeiros transumantes.

A transumância contribuiu de forma fundamental para a modelagem das formas de vida e cultura de muitas comunidades espanholas, especialmente aquelas que estavam fortemente vinculadas ao fenómeno das migrações pecuárias, bem como terras receptoras de rebanhos (Estremadura espanhola, La Mancha ou Andaluzia), e também aldeias com comprovada vocação para as rotas da transumância (as aldeias serranas de La Rioja, Leão ou Castela).

Determinadas uniformidades na área da cultura não devem ser consideradas como simples coincidência casual, mas sim como fruto de uma história secular de intercâmbios sócio-culturais que houve entre as comunidades pastoris. Nas devesas de Inverno convivem durante seis meses por ano, ganadeiros das mais variadas procedências geográficas.

Deste contacto prolongado surgiram relações profundas e afectivas que facilitavam a intercomunicação aberta entre formas de vida e cultura diferentes, contacto esse que originava o facto de se influenciarem mutuamente, compenetrando-se e misturando-se, de tal forma que se havia perdido a noção da sua origem inicial.

A relativa homogeneidade do estilo de vida pastoril apagou os perfis genuínos de muitas formas de cultura compartilhadas pelas regiões ganadeiras. É possível ouvir a mesma canção de temática pastoril com ligeiríssimas variantes locais em pontos muito distantes da Península, sem que seja possível, em certas ocasiões, elucidar a sua primitiva origem da Cantabria, Estremadura espanhola, Astúrias, Leão, La Rioja ou Sória.

A pastorícia é uma cultura com sinais de identidade próprios, conservados até ao presente. O grupo pastoril foi o transmissor de uma cultura milenária que em alguns aspectos, remonta ao Paleolítico. Uma cultura, a pastoril, que se encontra na raiz da idiosincrasia de muitos povos hispanos, apesar de se entender apenas hoje a primitiva origem ganadeira de muitas tradições e manifestações folclóricas por terem sido assumidas tão cedo pelo acervo cultural de muitas dessas comunidades regionais.

O grupo pastoril apresenta-se como um grupo diferenciado, bastante fechado em si próprio. A tendência endogâmica é uma prova evidente. Da organização socioeconómica do grupo pastoril, bem como das pautas que regem o seu sistema produtivo, derivam uma série de características peculiares que se manifestam em relações sociais, nas suas actuações consuetudinárias, nas crenças e comportamentos de grupo. Da sua identidade colectiva como grupo coeso provém a sua especificidade sociocultural. Os pastores possuem um código cultural próprio, cujos significados intentamos apresentar aqui.

O primeiro que se constata é que o gado constitui o centro básico dos seus interesses. A pastorícia do gado conforma uma linha estilística de viver, sentir e pensar. No centro dessa particular cosmovisão emerge o gado como protagonista indiscutível, a razão derradeira que fundamenta a tipologia vital dos pastores. Entre o pastor e o seu gado surgem relações simbólicas. O pastor conhece todos e cada um dos seus animais que fazem parte do seu rebanho, sabe descrevê-los “por pêlos e sinais”, atribui-lhes um nome, quase sempre humanizado. Por outro lado, o gado reconhece e obedece àquele que o pastoreia.

A pastorícia é uma cultura ecológica fortemente ligada ao meio físico da devesa, onde se desenvolve a actividade pecuária. Os ganadeiros demonstram um conhecimento rigoroso do relevo da devesa. E da flora e fauna, sobre as quais desenvolvem uma visão interessada em função do benefício e prejuízo de que dispõem. Não medem o tempo de forma convencional, guiam-se sim pelos astros. As mudanças climáticas alcançam um destaque significativo na mentalidade pastoril, pois são em última instância, aquilo que determina os movimentos pelas rotas e pelos caminhos da transumância.

O pastor adapta as suas crenças religiosas às necessidades do seu meio ganadeiro. Tem o seu próprio devocionário pastoril, no qual estão presentes nomes de santos vinculados às datas ritualizadas do calendário transumante: São João, São Miguel, etc. Também não faltam invocações protectoras do gado (Santo António, Santo António de Pádua), cristos e virgens famosos (Nossa Senhora de Guadalupe) ou que exercem padroado em locais de onde são oriundos os pastores. No seu devocionário as invocações ocupam um lugar muito especial que se relacionam com as suas preocupações mais profundas. Assim, para proteger-se do mal da raiva canina, os pastores castelhanos, leoneses e estremenhos recorreram a uma devoção mariana, a Nossa Senhora de Valdejimena, “medianeira contra a raiva”, que tem o seu santuário em terras de Salamanca, Horcajo Medianero.

Numerosas superstições invadem o mundo das crenças pastoris. Devem qualificar-se a maior parte das práticas curativas como superstições, muitas delas baseadas na cruz cristã e no seu poder simbólico. Uma cruz cristã na porta da choça protege contra os maus espíritos. A chamada “pedra de raio” protege durante as tormentas. E uma cabra absolutamente negra converte-se em totem da piara.

O vocabulário pastoril é de uma riqueza deslumbrante. Utiliza centenas de termos que descrevem o gado de acordo com o pêlo, as formas dos úberes, dos cornos, do temperamento dos animais, das doenças de vacas, ovelhas e cabras. Atribuem um nome a cada tipo de erva e a ca-

da acidente do relevo da devesa. Estas riquíssimas terminologias utilizadas caracterizam-se pela antiguidade de muitos dos termos. Corroboram-se desta forma os abundantes arcaísmos.

Os pastores possuem uma cultura material de carácter próprio, surgida e adaptada às suas necessidades. Uma característica importante que a singulariza consiste num produto condicionado pelo ambiente, do qual obtêm a matéria prima quase em exclusividade. Utilizam materiais que se encontram copiosamente nas devesas: pedras, troncos e paus, palhas, ervas, etc. Com elementos naturais tão simples compõem uma cultura material original, quase sempre de reprodução de modelos tradicionais.

É legítimo referir-se a uma “arquitectura pastoril”, de desenho circular primitivo, o que a assemelha às culturas castrenses. A tendência autárquica, em parte, do seu sistema produtivo levou-os a confeccionar noutros tempos as suas próprias peças quotidianas (safões, vasilhas, bornais, tamancos, etc.).

A sua cultura de objectos originou uma indústria pastoril de carácter funcional e desenho utilitário. São três os materiais mais utilizados: madeira, corno e osso. Colheres, malgas, cajados, flautas, castanholas e outros inúmeros objectos saíram a golpes do malho das árvores próximas. O corno vacum serviu para confeccionar recipientes diversos como chavelhos, caixas, córneas e outros tipos variados de vasilhas. Com os ossos dos animais preparavam as agulhas compridas para segurar as mantas de água.

Nas vasilhas, alguns pastores mostraram a sua habilidade artística, trabalhando-as com incisões de ponta de sodela ou navalha. Realizam sobre o corno ou madeira figuras e objectos de ingénuo esquematismo, que têm geralmente como referência a flora e fauna do ambiente da devesa. Outra manifestação das profundas relações ecológicas que mantém a cultura pastoril com o meio natural em que se desenvolve.

Com o ciclo festivo de inverno ficaram sedimentadas as influências da cultura pastoril, protagonista indiscutível de muitos rituais que prevaleceram em distintas regiões, e nos quais o elemento animalizado está presente: “botargas” (NT: termo espanhol sem tradução para português que significa: “Espécie de calçado que se usava antigamente; vestido ridículo de várias cores”), samarras, máscaras pré-carnavalescas, disfarces com peles de cabra e ovelha, etc., espalhados por este país que, dizem, tem forma de pele de touro. Um utensílio ganadeiro, o chocalho ou cincerro, serviu para diversos rituais festivos e de fecundidade. Mas também para sancionar o comportamento moral dos membros das comunidades ganadeiras através das “cincerradas” (“cencerradas”), que ainda se praticam em diversas aldeias com aqueles viúvos ou viúvas que celebram as segundas núpcias.

Contudo deve acrescentar-se que muitas vias pecuárias contêm nas suas profundidades, importantes jazigos arqueo-paleontológicos, e outras tantas, importantes ramificações da Calçada Romana que chegaram sob duras penas até aos nossos dias (como por exemplo a existência da “Cañada Real Leonesa Occidental ” na sua subida para o desfiladeiro do Pico), e por último, nos arredores de muitas delas amontoam-se elementos histórico-artísticos de interesse (ermidas, castelos, mosteiros, palácios, canais históricos, etc.)

As vias pecuárias como apoio das actividades de lazer

Se bem que o sistema das rotas da transumância estava pensado para o movimento do gado, hoje em dia observa-se que estes caminhos tradicionais são usados pelo público cada vez com maior intensidade. Efectivamente, embora sejam utilizados para a actividade transumante, muitas vias pecuárias têm como complemento usos de lazer e recreio, e vinculados ao desporto, como as caminhadas, o cicloturismo, as rotas de cavalo, os passeios curtos, marchas, etc. Este tipo de usos têm no sistema de caminhos pecuários um importante apoio para o desenvolvimento das suas actividades.

Contudo, todos os aspectos acima mencionados ainda não foram contemplados com a devida detenção e a importância que merecem como possíveis fontes geradoras de emprego e riqueza no âmbito local.

As tensões pelas quais passa actualmente o mundo rural no seu processo de adaptação à reforma da Política Agrária Comunitária, situação que torna o futuro do campo incerto, fazem com que os usos alternativos das vias pecuárias possam contribuir, parcialmente, para aliviar esta situação.

As vias pecuárias oferecem um vasto leque de possibilidades recreativas, focalizadas no turismo ecológico que respeita o ambiente, e na linha daquilo que propõem e incentivam os programas e iniciativas de desenvolvimento rural tanto da União Europeia, como das Administrações Central e Autónoma na Espanha.

Tenhamos em consideração que a passagem de caminhantes, cicloturistas, praticantes do turismo equestre, etc. pelas rotas da transumância implica que estes possam satisfazer um conjunto de necessidades elementares como são a alimentação (restaurantes, bares, lojas de alimentação), pequenas reparações das bicicletas (oficinas de reparação), alojamento para pernoitar (pensões, residenciais, casas rurais habilitadas para estes efeitos), visita a elementos culturais de interesse como são as igrejas, castelos, mosteiros, conjuntos urbanos, etc., actividades que podem ser geradoras de emprego para a população juvenil rural.

Além disso, as pessoas que praticam estas modalidades desportivas são normalmente de um nível cultural médio-alto, que sabem dar valor aos produtos artesanais, às comidas tradicionais, etc., pelo que também aqui se pode potenciar o cultivo de produtos agrícolas e ganadeiros tradicionais e de qualidade para oferecer a estes utilizadores. Desta forma garante-se a fundamental e necessária participação da população local.

Se bem que a dinamização do Turismo Rural requer que sejam postos em prática controlos estritos com a finalidade de evitar danos ao meio natural e sócio-cultural das aldeias, isso pode contribuir para incrementar as rendas, embora se suponha que o habitante do mundo rural tenha de continuar a praticar a secular polifuncionalidade que o caracteriza.







Cocharra 1

Função: Utensílio para comer a coalhada

Matéria-prima: Madeira de torga

Artêsão: José Camilo

Morada: Fernão Joanes

Freguesia/Concelho: Guarda

Cocharra 2

Função: Utensílio para comer a coalhada

Matéria-prima: Corno de boi

Artêsão: José Camilo

Morada: Fernão Joanes

Freguesia/Concelho: Guarda

Chavelha

Função: Prender as coleiras das ovelhas

Matéria-prima: Madeira de Salgueiro

Artêsão: José Camilo

Morada: Fernão Joanes

Freguesia/Concelho: Guarda

Chocalho

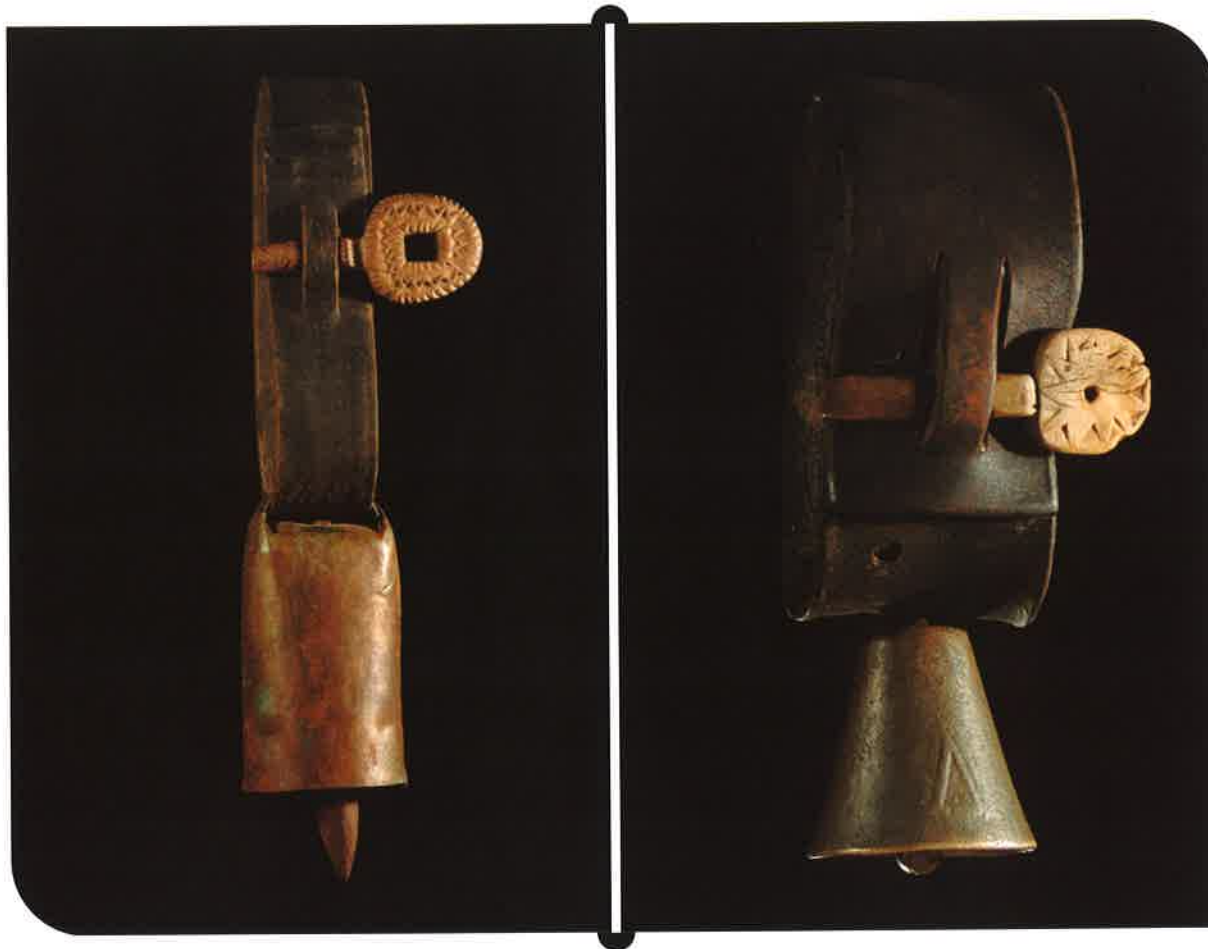
Função: Localizar o animal

Matéria-prima: Cabedal e chapa de ferro

Artesão/Proprietário: Alfredo Vendeiro

Morada: Fernão Joanes

Freguesia/Concelho: Guarda



Campainha

Função: Localizar o animal

Matéria-prima: Metal

Proprietário: José Camilo

Morada: Fernão Joanes

Freguesia/Concelho: Guarda

Cajado

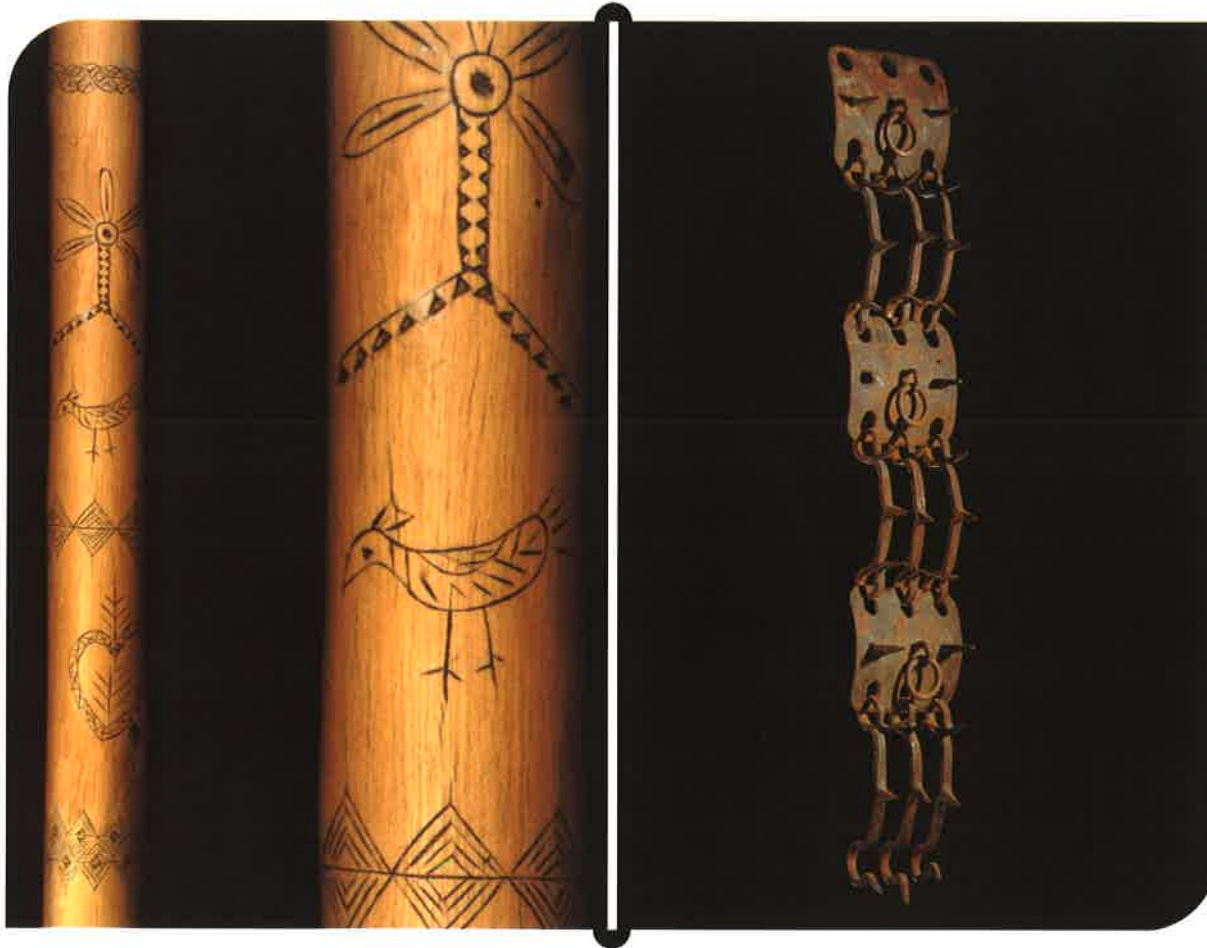
Função: Defesa do pastor e condução do rebanho

Matéria-prima: Madeira de freixo

Artesão: José Camilo

Morada: Fernão Joanes

Freguesia/Concelho: Guarda



Coleira de ferros

Função: Protecção do cão pastor

Matéria-prima: Ferro batido

Proprietário: José Camilo

Morada: Fernão Joanes

Freguesia/Concelho: Guarda

Caçapo

Função: Levar o conduto
Matéria-prima: Corno de boi
com tampa de cortiça
Artesão: José Camilo
Morada: Fernão Joanes
Freguesia/Concelho: Guarda



44

1 Apernadeira

Função: Atar as quatro patas das
ovelhas quando são tosquiadas
Matéria-prima: Cabedal
Artesão: José Camilo
Morada: Fernão Joanes
Freguesia/Concelho: Guarda

2 Tesoura

Função: Cortar a lã das ovelhas
Matéria-prima: Aço
Proprietário: José Camilo
Morada: Fernão Joanes
Freguesia/Concelho: Guarda

3 Pedra

Função: Afiar as tesouras
Matéria-prima: Xisto
Proprietário: José Camilo
Morada: Fernão Joanes
Freguesia/Concelho: Guarda

4 Bolsa de transporte

Função: Guardar o material da
tosquia
Matéria-prima: Cabedal e cortiça
Proprietário: José Camilo
Morada: Fernão Joanes
Freguesia/Concelho: Guarda





1 Enfeite dos cornos

Função: Decorar a ovelha
 Matéria-prima: Arame e lã
 Artesão: Alfredo Vendeiro
 Morada: Fernão Joanes
 Freguesia/Concelho: Guarda

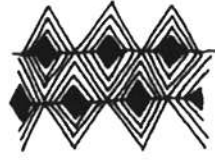
2 Enfeite do lombo

Função: Decorar a ovelha
 Matéria-prima: Tecido e lã
 Artesão: Alfredo Vendeiro
 Morada: Fernão Joanes
 Freguesia/Concelho: Guarda



Colar dos dias de festa

Função: Decorar a ovelha
 Matéria-prima: Cabedal e lã
 Artesão: Alfredo Vendeiro
 Morada: Fernão Joanes
 Freguesia/Concelho: Guarda



França. Entre os Alpes e a Provença, a criação de gado transumante, património no presente

Fabre P.¹, Lebaudy G.², Duclos J. C.³, Molénat G.⁴

1 Câmara de Agricultura das Bouches-du-Rhône, Aix-en-Provence | 2 Instituto de Etnologia Mediterrânica e Comparativa, Aix-en-Provence | 3 Conservador-chefe do património de Isère, Museu Dauphinois, Grenoble | 4 INRA Criação dos Ruminantes em Regiões Quentes, Montpellier

A transumância, modelo de complementaridade entre a montanha e a planície

A palavra transumância integra duas informações, *trans* (para além) e *húmus* (o país, a terra), pois a viagem que designa conduz para além do território de origem. É uma forma de vida pastoril estreitamente associada às regiões de clima mediterrânico, que permite atenuar a seca que reina no Verão e torna amarelas as magras pastagens das planícies. Logo desde o mês de Junho, os rebanhos dirigem-se então para as montanhas mais próximas, onde a erva renasce depois de derreter a neve, e de lá regressarão entre Setembro e Novembro, antes que a neve as cubra de novo.

Em todos os países mediterrânicos, desde há milénios, e por razões ao mesmo tempo ecológicas (o clima, mas também a existência de planícies e de montanhas propícias à actividade pastorícia), económicas (a produção de lã e de carne, mas também a necessidade de afastar os rebanhos, quando se aproximam as colheitas) e finalmente culturais, a prática da transumância é (ou foi) em todo o lado uma constante. Partilhando características de identidade comuns, ela permanece, em cada um dos povos do Mediterrâneo e para além dos conflitos e das diferenças, um motivo de troca e de reconhecimento mútuo entre os povos, as religiões e as culturas.

Ligada à invenção da criação de gado, há cerca de 11 000 anos atrás, nos relevos do Crescente Fértil, nos confins do Iraque, do Irão, da Síria e da Palestina, a prática da transumância depressa se generalizou em toda a volta do MARE NOSTRUM, dando mostras quer de uma prodigiosa continuidade, quer de uma extraordinária capacidade de abertura para outros espaços, outras regiões, outros homens e outras nações. Onde quer que se encontrem, criadores e pastores transumantes continuam ainda hoje a ignorar as fronteiras.

1. As transumâncias ovinas, da Provença aos Alpes

Através da história: uma prática que soube adaptar-se

A transumância faz parte do património provençal. Historicamente, traçou a sua própria rede de estradas, as canadas, que foram as primeiras vias de comunicação entre as planícies da Baixa Provença e as montanhas alpinas.

Se hipóteses fundadas em descobertas arqueológicas (redis antigos na região de Arles) fazem remontar as origens da transumância na Provença à época romana, o sistema transumante estabeleceu-se verdadeiramente na Idade-Média clássica, antes de mais com uma transumância invernal, pela iniciativa dos senhores e das ordens religiosas instaladas em mosteiros dos Alpes. Depois, nos séculos XIV e XV, sob o impulso de famílias senhoriais e das comunidades religiosas, e graças à instauração de um poder político centralizado e estável, põe-se em prática uma transumância estival em grande escala. A partir da Crau e da Camarga, ela conduzirá os rebanhos para passarem o Verão no Vercors, no Dauphiné, nos altos vales dos Baixos-Alpes até Ubaye, e mesmo para lá, no vizinho Piemonte, enquanto do Piemonte subirão rebanhos que pastavam no Verão em Queyras. É então todo um sistema que se estabelece, baseado essencialmente num comércio, o da lã, matéria-prima indispensável para os grandes centros comerciantes de têxteis, como os do Piemonte.

Ao mesmo tempo que se adaptavam às evoluções da sociedade, os criadores ovinos souberam, mais tarde, conservar o carácter natural e autêntico da criação de gado da Provença, cuja pedra angular permanece ainda a transumância. Assim, na Provença-Alpes-Côte-d'Azur, esta mantém-se um fenómeno económico e social considerável. Efectivamente, todos os anos, cerca de 600 000 cabeças de gado passam o Verão na montanha e 100 000, aproximadamente, vêm da montanha passar o Inverno na planície.

Múltiplas formas de transumâncias

- A “grande transumância estival” une à distância as terras baixas provençais e o litoral mediterrâneo com os terrenos relvados alpinos;
- A chamada transumância “local” designa a subida no estio para o pastoreio, em pastagens próximas, dos rebanhos dos municípios de montanha ou das zonas de piemonte;
- A transumância “invernal” é praticada por alguns rebanhos das explorações serranas, que vão passar o Inverno nas planícies ou maciços florestais litorais da Baixa Provença.

Sistemas de criação extensivos

Pedra angular de um tipo de criação baseado no pastoreio, a transumância, ritmada pelos ciclos naturais da erva e do animal, garante produções (carne, leite) de grande qualidade. Os rebanhos são compostos pelas chamadas raças “rústicas”: *merinos* de Arles, *prealpes*, *mou-rérous*¹, resultantes de longas e pacientes selecções, adaptadas de hoje em diante às grandes deslocações e a condições de clima e de alimentação difíceis.

Produtos de qualidade

Os cordeiros recebem uma alimentação natural e equilibrada, baseada essencialmente no contributo do leite materno. A carne proveniente de ovinos transumantes possui uma óptima textura. Devido igualmente a um excelente equilíbrio músculo/gordura, o seu aroma e o seu sabor são deliciosos. Para responder à crescente procura dos consumidores em matéria de segurança alimentar, rastreabilidade, garantia de origem e modo de criação, os criadores optaram por uma produção cuja qualidade é garantida por entidades oficiais, através do *Label Rouge Agneau de Sisteron*² (Indicação Geográfica Protegida). Existem igualmente outras iniciativas locais específicas das criações transumantes ou de montanha, tais como o *Agneau des Estives*³ (nos Alpes-Marítimos).

A lã, outrora a principal produção da criação ovina transumante e de montanha, mal chega hoje para pagar a tosquia! Todavia, a maior parte dos criadores continua, também aqui, a investir em processos de qualidade.

Fluxo da transumância ovina provençal, na estação estival, no maciço alpino

Departamento de origem dos rebanhos	Efectivos de animais transumantes (número de cabeças)	
	Nos Alpes do Sul	Nos Alpes do Norte
Alpes de Haute-Provence	130 000	
Hautes-Alpes	190 000	
Alpes-Maritimes	40 000	
Bouches-du-Rhône	70 000	110 000
Var	60 000	
Vaucluse	10 000	10 000
TOTAIS	500 000	120 000

Fontes: FRGDS/DSV PACA - 2001/2002

1 Nomes de raças ovinas francesas

2 Denominação de origem Vermelha do Borrego de Sisteron

3 Borrego das Estivas

Os locais de pastoreio no Verão: do maciço de Mercantour ao de Vanoise

A zona estival tradicional é representada pelos Alpes de Provença (Mercantour, Ubaye, Haut-Verdon...) e pelas montanhas meridionais do Dauphiné (Vercors, Briançonnais). Com o desenvolvimento do transporte por caminho de ferro, e mais tarde por camiões, os rebanhos dirigem-se hoje também para Oisans e Vanoise.

Com efeito, hoje em dia, a maior parte do gado é transportada em camiões de gado que chegam a conter, repartidas por três ou quatro andares, cerca de 400 cabeças. Apenas alguns rebanhos, que representam aproximadamente 40 000 cabeças que passam o Inverno no Var, nos Alpes-Marítimos ou nos Alpes-de-Haute-Provence, continuam a deslocar-se a pé em direcção às pastagens mais próximas.

A profissão de pastor: um saber-fazer específico

Nas pastagens, a maior parte dos rebanhos ovinos é guardada em permanência por um pastor. Conduzir rebanhos em altitude é uma actividade complexa, que requer múltiplas competências. O trabalho de vigilância varia consideravelmente de uma pastagem para a outra. A divisão dos pastos em diferentes "quartiers" (secções), consoante a altitude, a exposição, a inclinação (...), define globalmente o calendário de utilização da montanha. De origens geralmente muito antigas, essas secções devem normalmente permitir ao pastor que gere bem a sua erva manter-se no pasto durante toda a época, independentemente das condições meteorológicas do ano.

A fim de facilitar a aprendizagem desse saber-fazer, uma formação de pastores assalariados é dada no Centro de Formação Profissional Agrícola de Merle (CFPPA), perto de Salon-de-Provence.

Custo esquemático por ovelha de uma estação de pasto estival nos Alpes do Sul em euros por ovelha (grande transumância: unidade pastoril de 1200 cabeças)	
Transporte (camião)	3
Aluguer do pasto	3
Emprego pastor assalariado	5,5
Outras despesas (sal, produtos veterinários, alimentos cães, transporte de helicóptero)	1
TOTAL	12,5

A vida nos pastos: melhoramentos recentes

Desde a adopção da Lei Montanha⁴ em 1972, muitas melhorias foram realizadas nas estivas. Essas melhorias, que, na Provença-Alpes-Côte-d'Azur, se apoiam no Centro de Estudos e de Realizações Pastorais Alpes-Mediterrâneo (CERPAM), incidiram principalmente sobre as condições de estadia e de trabalho dos pastores.

Construíram-se ou arranjaram-se cabanas, foram abertas ou melhoradas pistas de acesso, foram instalados poços ou fontes e equipamentos mais ou menos móveis para a triagem e contenção dos animais. Quando as cabanas de estiva não são acessíveis por via transitável, a subida para as pastagens dos diferentes produtos necessários para a vida do rebanho e do pastor pode ser feita através de operações agrupadas de transporte de helicóptero.

Essas melhorias são indispensáveis para a perenidade da profissão de pastor. Com efeito, hoje em dia, já não é raro encontrar na montanha o pastor instalado com a sua família, por vezes com crianças pequenas.

Das planícies do litoral às montanhas alpinas, uma acção necessária sobre o ambiente

Atentos à preservação das potencialidades pastorais dos espaços que utilizam, criadores e pastores transumantes implementam práticas extensivas de pasto, respeitadoras do ambiente, tanto mais que contribuíram largamente para o criar. Mais nenhuma outra prática é susceptível de manter com tão fraco custo uma extensão de uma tal importância, e preservando uma tão rica biodiversidade. A condução sabiamente pensada do rebanho contribui para o enriquecimento da diversidade biológica, para impedir que os terrenos se cubram de mato e para a prevenção da erosão e da avalanche.

Os espaços naturais com vocação pastoril, moldados pela apascentação dos rebanhos, ocupam, nos Alpes do Sul e na Provença, superfícies consideráveis: cerca de 800 000 hectares, desde os maciços florestais ou a estepe de Crau da zona litoral, até às pastagens dos altos vales (400 000 hectares de relvados de altitude), passando pelas landes e charnecas do Médio País.

⁴ *Loi Montagne*: lei francesa relativa ao desenvolvimento e à protecção da montanha

Alguns números-chave da gestão das pastagens

Tamanho médio dos rebanhos em estiva: 1300 cabeças
Superfície média de uma unidade pastoril: 700 hectares
Duração média de uma estiva: 110 dias
80% das pastagens são guardadas em permanência por um pastor
200 pastagens servidas por operações de transporte por helicóptero

Um futuro ameaçado?

Elemento fundador do sistema de criação transumante, a pastagem suscita hoje numerosas reivindicações: excursionistas pedestres, equestres ou ciclistas, caçadores, protectores da natureza... Cada um quer poder utilizar o pasto a seu belo prazer, sem perceber que o futuro de uma gama de paisagens variadas passa pela manutenção e pelo novo desenvolvimento da transumância ovina.

Na pastagem, espaço de tranquilidade para os pastores e os seus rebanhos, surgiram igualmente angústias e desesperos com a irrupção dos grandes predadores (lobo, lince). As reacções suscitadas em França pelo reaparecimento do lobo, desde o início dos anos 90, tomam hoje o aspecto de um autêntico debate social, animado e até, por vezes, violento. De um lado, aqueles para quem a natureza só é natural quando o homem está ausente e que se entusiasma com o regresso do lobo. Do outro, os criadores, excedidos pelos ataques do predador e, em sentido mais lato, todos aqueles que não conseguem conceber a natureza sem o homem. Entre os dois, uma parte da opinião interroga-se sobre a procura de um compromisso.

Um modelo para o desenvolvimento duradouro

Muitas vezes qualificada como relíquia do passado, a criação transumante da Provença e dos Alpes possui, pelo contrário, numerosos trunfos que é necessário realçar. Baseada desde sempre nos ciclos naturais da erva e da exploração das capacidades naturais das ovelhas, vai hoje ao encontro da lógica da recente Lei de Orientação Agrícola: produtos naturais e de qualidade (carne, lã), práticas respeitadoras do ambiente, conservação do tecido rural tanto na planície como na montanha, do emprego – pastor assalariado de estiva – do património paisagístico e natural.

Apta a preservar as condições de uma relação equilibrada com o meio natural, capaz de satisfazer exigências de todo o tipo, alimentares, sociais, ambientais, culturais, e até espirituais,

a criação ovina transumante é claramente, tal como a maioria dos proprietários de terras e os pastores a têm conduzido há séculos, um dos modelos mais convincentes.

2. A transumância em França em alguns números

Os animais em estiva:

- 430 000 vacas, sobretudo no Maciço Central e nos Alpes do Norte;
- 1 560 000 ovelhas, especialmente nos Alpes do Sul e nos Pirenéus;
- 54 000 cabras, muito numerosas na Córsega;
- 20 000 cavalos, sobretudo nos Pirenéus.

As montanhas de França são igualmente o berço de 14 raças ovinas e de 9 raças bovinas de baixo efectivo.

Em 2000, 60 000 explorações, ou seja 18 % das pecuárias francesas (vacas, ovelhas, cabras, cavalos) e 22 % do número total dos animais, dependem de sistemas agro-pastoris. O conjunto dessas explorações representa 5,4 milhões de hectares, dos quais 1,5 milhões são constituídos por estivas, pastos e percursos de montanha.

Para os Alpes e Pirenéus:

- 65 % das Unidades Pastorais são atravessadas por um caminho sinalizado;
- 10 % das Unidades Pastorais acolhem um refúgio ou um albergue turístico;
- 15 das Unidades Pastorais são utilizadas no Inverno por estações de esqui.

(Unidade Pastoral: pastagem de altitude utilizada de modo sazonal sem o regresso quotidiano dos animais ao estábulo)

Uma aposta capital para o equilíbrio das zonas de montanha

Os espaços agro-pastoris das montanhas de França representam uma aposta capital para os anos vindouros:

- pela qualidade das suas produções agrícolas de origem (carne, leite, queijo, produtos certificados...);
- pelo bem-estar dos animais que os percorrem;
- pela sua contribuição para a diversidade biológica e para a variedade das paisagens;
- pelos tesouros patrimoniais e culturais que apresentam.

A gestão e a manutenção desses espaços pelos criadores, assim como as práticas de transumância, são decisivas para as gerações futuras, em termos de:

- permanência das populações que aí vivem;
- luta contra os riscos naturais;
- preservação dos grandes equilíbrios de ordenamento do território;
- conservação da qualidade das paisagens e da diversidade biológica.

3. A *Maison de la Transhumance*⁵ e a rede das *Maisons du Pastoralisme*⁶

A *Maison de la Transhumance*, centro de interpretação das culturas pastoris mediterrânicas

Os membros fundadores da *Maison de la Transhumance*, criadores, especialistas em agricultura, ambiente e ciências do homem, operadores culturais e eleitos locais, estão convencidos de que nenhuma acção eficaz e duradoura poderá ser conduzida, no que toca à grande transumância ovina, sem a união de todas as suas competências.

A razão de ser desta Casa é a de permitir, quer àqueles que vêm na transumância uma prática de futuro, quer aos outros que desejam conhecê-la, que se juntem numa mesma família de pensamento.

Um dos eixos mais importantes da Associação (que levou os membros fundadores a reunirem-se no âmbito de uma associação criada na sequência da Lei 1901) é o de trabalhar na maior transversalidade possível:

- para se enriquecer com as diferenças e as complementaridades entre o mundo pastoril, o da cultura e, em sentido lato, o do ambiente;
- para desenvolver uma sinergia viva e criativa, longe das compartimentações, concorrências ou oposições estéreis.

A *Maison de la Transhumance* irá provavelmente estabelecer-se em breve na planície de Crau, nas instalações do redil da propriedade do Etang des Aulnes, pertencente ao Conselho Geral de Bouches-du-Rhône. Uma exposição de longa duração apresentará a história e a actualidade da transumância na bacia mediterrânica. Exposições temporárias incidirão sobre as problemáticas

5 Casa da Transumância

6 Casas da Pastorícia

específicas da pecuária ovina. Um espaço de acolhimento e de informação ao público, assim como um centro de documentação, completarão a estrutura.

A *Maison de la Transhumance* oferecerá um espaço de encontro, reflexão, mediação e proposta para promover melhores condições de existência para a profissão pastoril e laços de verdadeira e perene solidariedade com a sociedade contemporânea. Num local vivo e dinâmico, ela será o elo entre os actores da pastorícia e o grande público, para sensibilizar os visitantes e mostrar-lhes uma imagem verdadeira e claramente identificável da criação pastoril e da transumância numa perspectiva social.

Rumo a uma rede das “Maisons du Pastoralisme”

A transumância transcende as fronteiras das regiões ou dos estados, o que explica a vocação da casa com o mesmo nome para se abrir para as regiões vizinhas e, até mais longe, para toda a bacia mediterrânica. Assim, a *Maison de la Transhumance* participa activamente no estabelecimento de uma rede de *Maisons du Pastoralisme* que deverá cobrir, a médio prazo, o conjunto dos territórios pastoris franceses, e nomeadamente os maciços montanhosos (Alpes do Norte e do Sul, Pirenéus, Maciço Central, Vosges...). Tecem-se laços privilegiados, nomeadamente com a *Maison du Berger*⁷, Centro de Interpretação das Culturas Pastoris Alpinas (Champoléon, Hautes-Alpes). O mesmo se passa à escala mediterrânica com estruturas existentes ou em projecto nos países vizinhos (Valle Atura, Itália; vale do Ebre, Espanha; Portugal). Podemos imaginar que, no futuro, outros países, nomeadamente da Europa do Leste (Eslovénia, Roménia) ou de África do Norte (Marrocos), integrarão essa rede.

As ideias não faltam quanto a realizações comuns: elaboração de um portal na internet e de links entre os sites das diferentes Casas, com a construção de um banco de dados on-line; mutualização dos centros de pesquisa; programação de exposições temáticas itinerantes, de encontros técnicos ou para o grande público (...).

Essa rede deve procurar, através de uma animação atenta e de trocas transversais, uma coordenação das acções relativas à pastorícia no conjunto dos territórios. Muito mais do que uma simples rede de Casas temáticas, animada por uma vontade comum de aproximar todos os actores da pastorícia, é seu dever ser uma força de reflexão, criação, difusão e acção sobre tudo o que diz respeito à pastorícia.

7 Casa do Pastor

Conclusão

Das planícies da Baixa Provença, partem sempre todos os Verões para os Alpes o terço dos rebanhos transumantes do sudeste da França. Mas os criadores ovinos deparam-se com graves dificuldades. Esses problemas, no âmbito específico da agricultura mediterrânea e no contexto geral da mutação da produção agrícola, na Europa e no mundo, permanecem uma das nossas mais vivas preocupações. Porquê? Porque o sabor excepcional da carne proveniente dessa criação ovina transumante merece ser economicamente mais valorizado. Depois, porque essa actividade extensiva é responsável pela manutenção de espaços sensíveis, tais como os *cous-sous*⁸ de Crau, cuja protecção é necessário assegurar de forma duradoura. Por último, e este motivo não é o menos importante, porque este tipo de criação constitui um dos elementos fortes da história e da identidade em que nos reconhecemos. A transumância ocupa assim na nossa imagem um lugar capital, está viva e oferece-nos, para além disso, a possibilidade de dialogar de um modo muito concreto com os nossos vizinhos mediterrânicos mais próximos. Possa deste modo a partilha dos conhecimentos da transumância na bacia mediterrânea permitir reforçar a sua defesa e assegurar o seu futuro...

8 *Coussous*: nome dado a uns imensos terrenos semi-desérticos de percursos que dividem a estepe da Crau (geralmente propriedade da aristocracia ou de grandes estabelecimentos religiosos)

Referências bibliográficas

- ALBERA D., LEBAUDY G., 2001. *La Routo, sur les chemins de la transhumance entre les Alpes et la mer* [La Routo, nos caminhos da transumância entre os Alpes e o mar]. Cuneo, Ecomuseo della Pastorizia/Primalpe.
- ASSOCIATION FRANÇAISE DE PASTORALISME, 2000. *Le pastoralisme en France à l'aube des années 2000* [A pastorícia em França no alvorecer dos anos 2000]. Editions de la Cardière, Avignon, 252 p.
- DRAILLES, MUSÉE DAUPHINOIS, 1991. *De Crau en Vercors, une grande transhumance ovine* [De Crau para Vercors, uma grande transumância ovina]. Editions A Die, 155 p.
- DUCLOS J.-C., PITTE A. (dir.), 1994. *L'homme et le mouton dans l'espace de la transhumance* [O homem e o carneiro no espaço da transumância]. Glénat, Grenoble, 312 p.
- DUCLOS J.C., 1997. *La transhumance, modèle de complémentarité entre la montagne et la plaine* [A transumância, modelo de complementaridade entre a montanha e a planície]. Mobilités et frontières dans les Alpes. Colloque, Grenoble, 6 p.
- FABRE P., 1997. *Hommes de la Crau, des coussous aux alpages* [Homens de Crau, dos coussous para os pastos]. Cheminements en Provence, Les Angles, 310 p.
- FABRE P., LEBAUDY G., 2002 (dir.). 1951. *Transhumance sur la route des alpages* [Transumância no caminho dos pastos]. Images en Manœuvres, Editions/Maison de la Transhumance, Marseille, 144 p.
- LEBAUDY G., 2000. *Dans les pas des bergers piémontais en Provence* [Nos passos dos pastores piemonteses na Provença]. In *Le Monde Alpin et rhodanien*, 1-3/2000, Marges et Métiers, p. 151-174
- LEBAUDY G., FABRE P. *Sens dessus dessous. Les éleveurs ovins confrontés à la présence du loup dans les Alpes Françaises* [Sem pés nem cabeça. Os criadores ovinos confrontados à presença do lobo nos Alpes franceses]. In *Le Monde alpin et rhodanien*, 1-3/2002, Le fait du loup, p. 215-228.
- MAISON DE LA TRANSHUMANCE, 2002. *Transhumance: relique du passé ou pratique d'avenir ?* [Transumância: relíquia do passado ou prática de futuro?] Actes des Journées euro-méditerranéennes de la Transhumance. Editions Cheminements, 339 p.
- MOLENAT G., DUREAU R., FABRE P., LAMBERTIN M., 2003. *Les herbes des troupeaux transhumants de Crau. Multiples dimensions d'une gestion pastorale et fourragère* [As ervas dos rebanhos transumantes de Crau. Múltiplas dimensões de uma gestão pastoril e forrageira]. In *Fourrages* n.º 176, Association Française pour la Production Fourragère. Paris, pp. 437-461.





CONTACTOS

Câmara Municipal da Guarda | Núcleo de Animação Cultural
Tel. 271 205 540
nac-guarda@mail.telepac.pt

Junta de Freguesia de Fernão Joanes
Tel. 271 591 754

Piengan las manos

Marino García Fernández
Av. de Asturias, Nº 703
Villadangos del Páramo – 24392 León (Espanha)
Tel. +34 609 890 181
gfmarino@yahoo.com

Maison de la transhumance

Hôtel de Ville
13310 Saint-Martin-de-Crau (França)
www.transhumance.org | mdt@transhumance.org

